

A FILOSOFIA E O ENSINO NA UNIVERSIDADE *

José Luís Brandão da Luz

Universidade dos Açores

Resumo

O ensino da filosofia na universidade assume a partir de Kant destaque especial pela clarividência que poderá irradiar nas outras áreas do saber. A convivência privilegiada com o conhecimento da verdade seria penhor da autonomia de toda a universidade, que deveria conformar-se com as exigências racionais da verdade que a filosofia seria capaz de descobrir. A crescente especialização da ciência e a sua ligação à técnica, em associação com o fenómeno de mundialização, que nos confronta com surpreendentes mundividências, não só arruinaram a pretensão de exemplaridade que a filosofia pensava assegurar, como obrigaram a repensar o seu lugar na universidade para responder aos apelos irrecusáveis que as exigências da verdade e as solicitações sociais nos dirigem.

* Texto elaborado a partir da comunicação apresentada nas I Jornadas Universitárias de Filosofia, realizadas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 25 e 26 de Fevereiro de 1999.

Introdução

A ligação da filosofia com o ensino universitário tem sido, em geral, compreendida como indissociável da função que a universidade é chamada a desempenhar na sociedade, nomeadamente, a forma como os ideais de investigação autónoma e desinteressada enfrentam as reclamações mais diversas dos poderes sociais. O elevado padrão de prestígio que a sociedade reconhece à universidade, pelo lugar que ocupa na investigação do saber e pelo papel que desempenha na sua difusão, não tem sido, ao que parece, suficiente para reequilibrar as tensões que a atingem, derivadas, em grande parte, das investidas de interesses mais mundanos, como as urgências sociais, as solicitações económicas, as pressões políticas, as sequelas ambientais, as implicações éticas, o impacto da opinião pública, a eficácia das tecnologias.

Variadas soluções de compromisso têm de algum modo permitido que as esperanças e os sofrimentos do mundo sejam sentidos no seu interior e que a autonomia intelectual da pesquisa da verdade não fique indiferente a esses apelos. A ideia de que a actividade científica desenvolvida na universidade constitui um procedimento que progride graças ao vigor operativo que a confirmação experimental proporciona (Popper), ou à estabilidade que certas opções temáticas, teóricas e metodológicas asseguram (Kuhn), não parece contemplar as cedências pragmáticas que a investigação científica manifesta. A universidade não está imune à contaminação que elementos externos a um padrão de racionalidade «pura» pudessem trazer, mas reflecte o peso de pressões que, do exterior, se exercem sobre ela. É que a universidade, se, por um lado, pode ter tendência para se deixar conduzir pelos trilhos que ela mesma vai abrindo e para se mostrar seduzida pelas suas descobertas, a sociedade, por outro lado, não se mostra desinteressada desses percursos e procura mesmo impor-lhes metas e marcar o ritmo do seu próprio andamento.

Tentaremos destacar alguns aspectos dessa relação interactiva, em que a universidade se afirma como referência basilar da sociedade e a

filosofia como componente indissociável do equilíbrio dinâmico das unidades que a integram. Assim, procuraremos recordar como esta interdependência foi concebida em termos duma hegemonia da filosofia, por via da prerrogativa singular que a relação privilegiada com a verdade lhe concedia, e como esta perspectiva perdeu significado, ao dar lugar a uma discursividade entre iguais, num espaço público sem lugares cativos. Finalmente, seguindo a inspiração dos trabalhos de Bill Readings, iremos chamar a atenção para alguns aspectos da forma como essa relação acabou por ser pensada, em termos de ruína da própria universidade e pela decisão de habitar os seus escombros.

A Filosofia e a «Missão» da Universidade

O poder político e a sociedade civil impõem a exploração de novos campos do saber, decidem os sectores prioritários de investigação e de formação, canalizando recursos que tanto podem permitir a expansão de certos domínios científicos como sustentar o crescimento de outros. A sociedade cobra contrapartidas pelos investimentos, cada vez mais avultados, que faz na universidade, solicitando serviços que dêem resposta aos seus problemas e valorizando os domínios que ajudam a vencer os desafios económicos, culturais, quer em termos de apoio à investigação, quer no desempenho duma educação orientada para a profissionalização.

São bem conhecidos os termos em que Kant (1993), em finais do século XVIII, formulou este compromisso permanente entre a independência que a universidade reclama, para a investigação científica que desenvolve, e os constrangimentos externos que o poder político tenta exercer sobre ela. A importância que é conferida às faculdades reflecte a hierarquização de interesses desse próprio poder. A um nível mais elevado, estão as faculdades de Teologia, Direito e Medicina, pois o seu ensino responde às exigências mais prementes da ordem e do bem-estar da própria sociedade. A um nível mais

baixo, estão as faculdades de Matemática, Filosofia e Metafísica, que desenvolvem um conhecimento meramente racional e desinteressado de qualquer aproveitamento imediato de ordem prática. O poder político impõe as doutrinas e princípios que devem ser ensinados ou difundidos em público, de modo a não causar danos aos seus interesses.

Na perspectiva de Kant, só a valorização da Faculdade de Filosofia tornaria isenta a condução da universidade. Independente da influência da autoridade governativa, poderia proceder livremente à avaliação de tudo o que dissesse respeito ao interesse das ciências, isto é, da verdade, já que o ensino das doutrinas e princípios professados em todas as faculdades não poderá nunca ser indiferente à verdade. Quer estas doutrinas sejam impostas pela fé ou justificadas pela razão, quer tenham uma fundamentação meramente estética, dependentes dum sentimento de ordem subjectiva, em qualquer dos casos compete à Faculdade de Filosofia avaliar criticamente os seus fundamentos racionais a fim de assegurar «a exposição pública da verdade» (Kant, 1993: 38). Sem este suporte de retaguarda, as faculdades que pertencem ao mais alto nível correm facilmente o risco de inverterem a marcha que as poderá conduzir pelo caminho da verdade. Deste modo, a Faculdade de Filosofia, ao assegurar a supervisão de todas as outras faculdades, subordina os princípios teóricos que orientam o seu magistério às únicas exigências racionais da verdade e, por esta via, assegura ao ensino universitário a unidade racional da adesão livre à verdade que a filosofia descobre. A Faculdade de Filosofia torna-se assim no pólo de coesão da própria universidade.

Na medida em que as faculdades se deixarem instruir pelas orientações e exigências da verdade, elas poderão corresponder com idoneidade às solicitações que o poder político lhes dirige, que é acima de tudo a de difundir o saber na comunidade, promovendo a instrução profissional e vocacional dos cidadãos. Ao dar cumprimento a este desígnio a universidade deverá ter o apoio do poder político, ao qual compete, não intervir de forma directa no

processo propriamente dito da procura da verdade, mas assegurar as condições que lhe permitem exercer as suas funções.

Também o Cardeal Newman acentua claramente o objectivo nuclear da universidade, designadamente a de inspiração católica, como sendo o «ensino do conhecimento universal» (Newman, 1996: 3), ou seja, a formação de certos hábitos morais e intelectuais dos novos membros activos da sociedade. O conhecimento que compete à universidade desenvolver não poderá limitar-se ao de natureza técnica e profissional, nem será certamente o do senso comum, vago e imediatista, mas o conhecimento filosófico ou científico, que é «informado ou (...) impregnado pela razão» (Newman, 1996: 84). É sua obrigação directa promover o alargamento ou *iluminação* da mente, por meio da *cultura intelectual*, da mesma forma que, por exemplo, é função dum hospital tratar os doentes, dum orfanato proteger as crianças, duma penitenciária manter os criminosos sequestrados (Newman, 1996: 92). O cultivo da razão torna o homem melhor, isto é, entre outras qualidades, mais aberto, flexível, crítico, exacto, sagaz e eloquente. Estes são atributos do verdadeiro *gentleman*, que o conhecimento «liberal» da universidade está vocacionado para promover, ao contrário do conhecimento que é ministrado pela instrução de carácter técnico ou profissional: «o fim verdadeiro e adequado da aprendizagem intelectual ou da universidade não é o saber ou a aquisição de conhecimentos, mas é antes o pensamento ou a razão orientados pelo conhecimento, ou pelo que pode ser chamado a filosofia» (Newman, 1996: 101).

A independência da reflexão crítica conta com a imprescindível «assistência da Igreja» para que a universidade possa manter a sua *integridade* e prosseguir na realização dos seus fins. É da essência da universidade ter por objectivo «a difusão e extensão do conhecimento, mais do que o seu progresso», escreve logo no início do prefácio aos discursos que pronunciou em Dublin, em 1852, e reuniu sob o título *The Idea of a University*. A universidade é concebida «como um lugar de educação, mais do que de

instrução», entendendo a educação na sua acepção mais elevada que «envolve uma acção ao nível da nossa natureza mental e da formação do carácter» (Newman, 1996: 85). Partilha, deste modo, uma perfeita consonância com a visão kantiana da universidade, como difusora das luzes do saber na sociedade, e não vocacionada para habilitar os cidadãos para o mundo do trabalho, dos negócios e da indústria.

O número variado de disciplinas que a universidade oferece aos seus estudantes não constitui um plano curricular que todos devam seguir integralmente, mas tem por finalidade criar «uma pura e clara atmosfera de pensamento» (Newman, 1996: 77), em que cada um possa apreender as grandes linhas gerais do conhecimento. É missão da universidade promover uma educação, não com vista ao exercício duma profissão, mas de índole «liberal», ou seja, como explica logo de seguida, que forme os jovens nos princípios da «liberdade, equidade, tranquilidade, moderação e sabedoria», por forma a modelar para o resto da vida a sua maneira de ser. Newman não se mostra adversário do ensino profissional na universidade, como medicina, direito, geologia, economia política, mas contesta que ele fique limitado à aprendizagem das matérias específicas dessas disciplinas. Ao contrário do ensino meramente técnico, na universidade o ensino reveste uma dimensão «liberal», não utilitária, em que o professor «deverá saber onde ele e a sua disciplina se inserem, como chegou a ela, como ela foi no passado, a partir de cima ele lançou um olhar sobre todo o conhecimento, manteve-se alheio da extravagância relativamente às controvérsias entre outras áreas do conhecimento, ele ganhou a partir daí uma clarividência especial e abertura de espírito e liberdade e auto-controlo, e, em consequência, trata a sua área de conhecimento com uma filosofia e um recurso que pertence, não ao próprio estudo, mas à sua educação liberal» (Newman, 1996: 118).

A universidade aparece fundamentalmente como uma instituição de ensino e dirige a sua principal actividade para o cultivo da inteligência, assumindo desta forma o superior desígnio de *alma mater* das novas gerações. A

supervisão crítica da filosofia garante uma relação sólida entre a universidade e a autoridade externa, seja ela apenas o governo ou, para além deste, também a Igreja. Mas, ao mesmo tempo, assegura a irradiação da verdade para além das próprias fronteiras, conduzindo a própria sociedade por intermédio da actividade profissional que os estudantes, bem formados pela universidade, exercem nas diferentes instituições sociais em que intervêm, na maior parte dos casos fora da própria universidade. Compreende-se, nesta sequência, o destaque que deverá ser atribuído à Faculdade de Filosofia. Deverá ser ela a governar a universidade, pois as exigências da verdade, que conferem unidade às múltiplas e heterogéneas funções que as diferentes faculdades realizam, acabam por se reflectir na ordem e no bem-estar social, que interessa à autoridade política preservar.

A visão duma universidade unificada por princípios e valores racionais acessíveis à filosofia teve expressão em vários autores posteriores, que pensaram e empreenderam a sua reforma, com vista a adaptá-la às exigências do ensino profissional e especializado reclamado pela sociedade (Luz, 1995: 337-342). Era urgente preparar as pessoas para poderem enfrentar a complexidade dos desafios económicos e a modernização da administração pública. Karl Jaspers (1959) teria sido a expressão mais tardia desta concepção, ao insistir na ligação do ensino duma especialização profissional à investigação e, por esta via, à filosofia. Para que o ensino se não limitasse à transmissão repetitiva dos resultados e formulários que a própria investigação estabelecia, para assegurar com eficácia o domínio do mundo, haveria que abrir o ensino universitário a um horizonte de totalidade, que vinculasse a investigação ao todo do saber. A universidade não poderá compreender-se como um agregado de escolas profissionais que assegurem a transmissão repetitiva de «resultados mortos, fáceis de aprender». Será fundamental que continue a valorizar, para além do espírito crítico e o domínio dos métodos, a capacidade de perceber os problemas e de formular as questões. Por esta via, o ensino universitário «permanece dentro do movi-

mento do conhecer» e orientado pelo verdadeiro «impulso filosófico», que é «fermento das ciências» e abertura para a totalidade do saber.

A Filosofia no espaço público da comunicação

Actualmente, a ideia de que a universidade se pode compreender como um todo unificado por princípios racionais acessíveis à filosofia tem vindo a conhecer um forte desgaste, que parece crescer à medida que os saberes se especializam e a sua estreita ligação a procedimentos técnicos se torna cada vez mais inquestionável. Para além disto, a dependência da universidade do poder externo parece também ter contribuído para acentuar os efeitos erosivos que atingiram o ideal de totalidade que a possuía. É aliás esse poder que, quer a nível político quer a nível social, tem sido mais determinante para a crescente desintegração da universidade, modelada pelo ideal de verdade que competia à filosofia enunciar.

Não deixa de ser pertinente a interrogação que Habermas (1981) dirigiu às capacidades mobilizadoras da universidade unificada pela hegemonia da filosofia. A ideia tradicional, formada sobre a «excessiva pretensão de exemplaridade», que a filosofia idealista assegurava, teria constituído «uma exigência a que esta instituição não podia corresponder», acabando por se traduzir numa «atitude defensiva que transparece uma certa hostilidade à modernização». O desenvolvimento que as ciências humanas e da natureza conheceram, por um lado, e o pluralismo de ideologias e culturas, por outro, tornaram impraticável qualquer tentativa de integração dos saberes numa filosofia global ou a construção dum discurso legitimador sobre os fundamentos universais da cultura. Esta visão da ciência, acrescida ao potencial produtivo duma tecnologia cada vez mais funcional e com ganhos económicos cada vez mais elevados fizeram renascer nos anos sessenta a ideia de substituir a visão aglutinadora dum saber absoluto por uma reflexão epistemológica que reflectisse sobre os limites, as condições e até mesmo as reper-

cussões sociais e culturais das diferentes ciências, o que poderá porventura ser também considerado uma forma subtil da filosofia recuperar as suas antigas posições.

Se a coesão interna da universidade, na base dum saber regulador e unificador que a filosofia lhe imprimia, não parece estar no caminho da universidade do futuro, o seu papel continua a ser relevante e, nomeadamente, a frequência do seu ensino não deixa de constituir um indicador, nalguns casos desconfortável, do desenvolvimento dum país. A universidade continua a preparar as novas gerações para a carreira universitária, ao mesmo tempo que contribui para a difusão das regras e valores sociais, promove a especialização do saber e a formação crítica dos elementos mais destacados e emancipados da sociedade.

Porque a especialização dos saberes tornou inviável pensar a ciência como uma «força totalizante», capaz de conferir à universidade uma consciência integradora de si mesma, Habermas acabou por colocar na comunicação o princípio integrador de todas as funções que a universidade realiza ao nível do conhecimento. As diversas formas de interacção, de argumentação científica, situam a vida universitária num espaço público de comunicação, o qual confere coesão e unidade aos múltiplos processos que marcam o ritmo do seu próprio funcionamento. As actividades de investigação, ensino e aprendizagem «vivem da força estimulante e produtiva de uma disputa discursiva», que assegura a cooperação da comunidade dos investigadores e traz consigo a promessa do «argumento surpreendente». Pela linguagem e pela comunicação, a universidade ganha uma nova consciência de si própria e recupera de algum modo a função aglutinadora que a razão kantiana detinha na estruturação da ideia de universidade. Os interlocutores adquirem assim uma consciência corporativa, sem os constrangimentos da força normativa duma razão exemplar.

A tutoria que a verdade pode exercer num sistema desta natureza não se traduz num «factor de comando», mas remete para a «argumentação públi-

ca», que dá vida à cooperação que qualquer projecto de investigação exige. A liberdade crítica que caracteriza o ensino e a investigação da universidade continua intimamente ligada à pesquisa da verdade. Mas esta não orienta a universidade a partir dum patamar privilegiado de clarividência, que diz como a universidade deve operar. Pelo contrário, os seus caminhos são abertos no próprio terreno da *doxa*, sendo por isso permanentemente devassados pela disputa pública. Será por esta razão, por pertencer ao domínio público, que a universidade deixa sempre reflectir interesses que têm origem fora de si mesma. Um projecto de pesquisa ou um plano de desenvolvimento não dependem apenas do confronto de razões entre os cooperantes directos, mas reflectem também as exigências do poder político, da opinião pública, das entidades empregadoras, assim como de imperativos éticos, religiosos, ambientais e outros.

Esta abertura, todavia, não terá fatalmente de ser compreendida como submissão ao domínio coercivo dos poderes do meio. Ao reflectir sobre o lugar das Humanidades no ensino universitário e o seu sentido para o mundo de hoje, Jacques Derrida (2002) insiste em sublinhar que a universidade deve ser o lugar da «liberdade incondicional», em que a investigação, o saber e o pensamento que nela se realizam transportam consigo as insígnias da *verdade*. Por isso ela só pode ser entendida como *sem condição*, ou seja, como promessa de «um compromisso sem limite com a verdade» (Derrida, 2002: 10), que é entendida como uma discussão sem pressupostos dos temas e problemas que se referem ao que é próprio do homem.

Retomando a distinção de Austin entre linguagem constatativa e performativa, Derrida apresenta o discurso universitário como instaurador dum acontecimento que surpreende, por não ser controlável nem antecipável pelas possibilidades pertencentes ao horizonte dos acontecimentos esperados, mas por desconstruir ou interromper «toda a convenção ou todo o contexto convencionalmente dominável» (Derrida, 2002: 71-72). Esta independência define, simultaneamente, o poder que é próprio da universidade e a fronteira

em que se expõe às vicissitudes das forças provenientes do exterior, sejam elas culturais, ideológicas, políticas, económicas ou outras. É nesta linha de instabilidade que negocia e organiza a sua resistência, ou seja, que opõe «uma contra-ofensiva inventiva, com as suas obras, a todas as tentativas de reapropriação» (Derrida, 2002: 76).

A Filosofia nas encruzilhadas da universidade de hoje

A universidade foi perdendo a visão tradicional que tinha de si mesma, como referência integradora da cultura da comunidade, e deu conta de que tinham ruído os sólidos ideais que a sustentavam. Na forma expressiva e ao mesmo tempo provocatória de Bill Readings (1995b; 1997: 166-179), percebeu que estava em ruínas e que era necessário aprender a conviver com os seus destroços. Em lugar de cultivar uma atitude romântica, contemplativa dos restos sem vida duma tradição que se sonha revitalizar, Readings preconiza lidar com a situação, sem alimentar sentimentos de nostalgia. A sua decisão é «habitar as ruínas» (*dwelling in the ruins*). Nem revitalizar as glórias da tradição, nem apagá-las da memória: «o passado persegue o presente» (Readings, 1997: 170), pelo que devemos tratar as ruínas da universidade como se vivêssemos no meio delas e, ao mesmo tempo, fora delas. É necessário aprender a «negociar» com esses sedimentos da história, sem pretender apenas conservá-los, como peças dum passado que poderia ser integrado num roteiro turístico de visitas, mas como peças que falam ainda aos problemas de hoje.

Os sintomas de crise que a filosofia vive, mercê da derrocada que atingiu o edifício da universidade, revestem vários aspectos. Por um lado, a estrutura da universidade deixou de ser inconcebível sem um departamento de Filosofia. Por outro lado, os imperativos de mercado não parecem, em geral, pelo menos no nosso país, contemplar a necessidade de integrar, noutras instituições, que não o ensino, os diplomados em filosofia. Ao mesmo tempo, assiste-se, com alguma insistência, à prática corrente de tratar, fora das fron-

teiras das disciplinas que constituem o plano de estudos dos departamentos e institutos de filosofia, diversas questões, como por exemplo as que dizem respeito à natureza e aos limites do conhecimento, ao sentido da existência, aos princípios em que assenta a dignidade humana, às referências sociais e políticas do agir humano. Elas passam a ser debatidas, a encontrar respostas e a estimular debates em foros ou «espaços públicos», em que se não exigem credenciais de uma qualquer especialização em filosofia para poder entrar no círculo das discussões. As questões que fazem a ordem do dia dos grandes encontros não parecem carecer dum treino especial e as interpelações que os auditórios dirigem à filosofia são mais para «dar respostas do que para apurar questões» (Readings, 1997: 173). As pessoas esperam que a filosofia se pronuncie sobre assuntos concretos, clarifique os seus problemas de consciência, as ajude a ultrapassar os impasses e hesitações que tornam difíceis e penosas as decisões. Assim acontece, de forma particularmente visível, com as questões de biomedicina, mas também com as opções económicas, a intervenção política, a salvaguarda do ambiente, o confronto de culturas, etc.

Se é justo observar que nem sempre esta apropriação faz o prestígio da filosofia, ela denota, todavia, o interesse que a sociedade manifesta pelos temas que tradicionalmente a têm ocupado. A filosofia é solicitada a intervir nos espaços públicos frequentados por uma diversidade de agentes, em que é necessário atender às exigências dos mais diferentes consumidores, interessados em variadas formas de «cosmética» cultural. Este mesmo interesse faz-se sentir no interior da própria universidade, onde cada uma das áreas do conhecimento descobre as virtuosidades da cooperação com a filosofia, mais que não seja como espaço de exame aos suportés que sustentam a força da sua argumentação.

Para além da preparação profissional para o ensino, a filosofia tem, no interior da universidade, um campo de irradiação natural, que merece ser explorado de forma organizada, sem a timidez que algumas experiências isoladas têm vindo a ensaiar com muito mérito, mas sem o pedantismo dos

obscuros modismos que põem fora de circuito as perplexidades que cada um encontra nos caminhos que segue. A questão que se coloca à filosofia não será como armadilhar os seus institutos para os conservar no interior da universidade, mas antes como mantê-los na universidade, de modo a responder aos apelos que lhes são feitos pelos outros departamentos, alargando assim o seu campo de irradiação. Será importante perceber que não se pede hoje à filosofia que torne a universidade e o mundo mais verdadeiros, mas que se abra antes às encruzilhadas da sociedade e da própria universidade, de modo a tornar a sua actuação mais presente e significativa.

As secções de filosofia não estão à margem dos imperativos económicos que tendem a fazer notar a sua presença apenas pelo peso que representam na coluna de despesas crónicas das folhas de contabilidade dos serviços administrativos. Haverá que compreender como nos poderemos reerguer dos escombros do passado, que fazem hoje a ruína da universidade, com a incumbência de desenvolver a filosofia. Embora o desafio seja difícil e a resposta não seja fácil, ela passará certamente pela capacidade de nos tornarmos permeáveis aos confrontos que hoje nos interpelam e tomarmos consciência de que a ideia de cultura baseada no passado comum duma comunidade, dum povo ou duma nação se mostra hoje cada vez mais esbatida. Não é mantendo as estruturas disciplinares inflexíveis, insistindo em temáticas, esquemas e tradições que valem apenas por representarem um passado demasiado distanciado, mas tomando-as como matéria de reflexão e de discussão, que poderemos encontrar saídas possíveis para o mal-estar. Será difícil suprimir o carácter disciplinar que deverá estruturar o ensino, mas facilmente se compreenderá a importância que pode representar, para manter viva qualquer disciplina, tomar em linha de conta o tipo de pensamento que ela exclui. O tratamento de certas temáticas mostra-se propício ao aparecimento de constelações de disciplinas, que respondem melhor aos problemas que são colocados. Promover o seu agrupamento não deixa de ir ao encontro da ideia de universidade como lugar em que se vive em comunidade de pen-

sadores que sentem o apelo das exigências da verdade e estão também atentos às solicitações que a sociedade lhes dirige. Mas pode também querer dizer que se torna hoje difícil programar a investigação ou o ensino sob um princípio superior da razão ou a ideia duma cultura universal.

Não há um esquema unitário aglutinador das iniciativas que a filosofia pode empreender. O aparecimento de certas disciplinas, com a designação de «Temas de Filosofia ...» ou «Estudos de Cultura» põe em evidência, pela adopção dos próprios termos utilizados, «Temas» ou «Estudos», as dificuldades que o ensino da filosofia e, em geral, das humanidades encontra para se estruturar a partir dum ideal regulador da investigação e do ensino. O incremento que a interdisciplinaridade tem vindo a conhecer na área das ciências humanas e sociais reforça esta tendência, que tem contribuído para ampliar a área dos seus domínios de investigação, com muito mais pertinência do que a filosofia.

A filosofia, ao deixar de desempenhar a missão de guardiã e guia unificadora dos ideais e valores que espelham na universidade a cultura duma nação, tem assistido à ocupação do seu espaço por uma entidade enigmática, que se tem vindo a afirmar pela imposição da tutela do designado «imperativo da excelência», um repositório de programas e valores que pretendem assinalar o nível de desenvolvimento e de modernidade da universidade. Toda a universidade, incluindo o sector das Letras, é chamada a desenvolver domínios de excelência, que devem constar mesmo dos seus planos de desenvolvimento. Este conceito teria sido proposto nos anos sessenta para fazer face às crises que assolaram a academia e tem vindo a fazer carreira como princípio unificador da universidade. O apelo à excelência tem dado suporte a uma visão tecnocrática da universidade, preocupada em proteger, por meios burocráticos, padrões elevados de produtividade e eficiência, que operam uma triagem selectiva entre as áreas e entre as diferentes unidades orgânicas que a compõem.

O teor quantitativo que esta designação reveste tem-lhe vindo a conferir um carácter monolítico e uma operatividade que se tem alastrado aos

mais diferentes domínios. Desde os projectos que mobilizam uma extensa rede de cooperações, aos que integram grupos de dimensão reduzida, mas com expressão reconhecida, servindo também para etiquetar os mais diferentes sectores da universidade, como a operacionalidade dos seus serviços sociais ou administrativos, ou a simples funcionalidade dos seus parques de estacionamento.

Os elementos que o podem qualificar estão, no entanto, circunscritos por referentes muito contextualizados, pois o critério que poderá servir para reconhecer um dado projecto como excelente não poderá ser o mesmo que permitirá avaliar um outro de teor diferente. Um projecto ou um curso, assim como um departamento ou um instituto, não serão excelentes pelas mesmas razões que outros também poderão ser ou pelas do parque de estacionamento que a todos serve. Não podendo ser exclusivo de apenas alguns projectos ou departamentos, também não pode ser tomado como bitola geral de avaliação, que instaure uma homogeneidade imparcial à custa das singularidades de cada elemento que se lhe submeta.

Não representando um padrão transcendente e exterior à universidade, que opere a partir de cima e estabeleça a sua linha de orientação, a ideia de excelência presta-se com muita facilidade a derrapagens penalizadoras e a segregações desastrosas. Cremos que a sua utilização carece de ser moderada pela preocupação de não tomar como critério universal o que por natureza constitui a «unidade de valor corrente num mercado interno» (Readings, 1997: 27). Trata-se do ponto cimeiro duma escala que faz a «ordenação dos elementos dum sistema inteiramente fechado» (Readings, 1995a: 472), mas que, ao ser invocada como denominador comum da avaliação da pesquisa realizada em vários domínios, não só poderá ter o efeito redutor de excluir o que os seus padrões não conseguem dar expressão, como também poderá encobrir inércias enquistadas, que desta forma continuam.

A tentativa de suspender a universidade da exigência de excelência, como sucedânea do ideal regulador de verdade, para além dos aspectos redu-

tores que aparenta, parece também inconciliável com a tendência massificadora da sociedade de hoje, que dilui facilmente as especificidades culturais. A expansão das tecnologias da comunicação, o fluxo de informações, a globalização da economia e dos sistemas culturais trouxeram importantes transformações à missão da universidade. Tornando-se «cada vez mais ao serviço de corporações transnacionais» (Miller, 1995: 123), a universidade defronta-se com a descaracterização duma cultura que tem encontrado na protecção das fronteiras nacionais o resguardo necessário para dar expressão à sua identidade. O poder da informação abre as cidades e os países ao fenómeno de mundialização da cultura, desligando-os dos limites de qualquer território ou continente específico. A reacção a este desenraizamento está de algum modo presente no reacender dos sentimentos nacionalistas e regionalistas, como forma de isolar a ameaça de dissolução das especificidades étnicas e religiosas, mas não poderá deter as forças que esta tendência movimentam.

A orientação contrária é também uma forma de tomar a sério a nova realidade, ao conferir a certas áreas disciplinares de ordem cultural uma organização heterogénea e pluralista, que recusa sistematizá-las sob o comando de ideais universais e de modelos inquestionáveis. Os participantes no discurso universitário ganham uma atitude nova que, como acontece aliás nos mais variados níveis sociais, deixa de estar suspensa do signo da *epistème*. Pelo contrário, o sentimento novo que parece dominar o respeito pelas diferenças, uma forma muitas vezes dissimulada de tolerância, pouco disponível para atender a tudo o que parece estranho ao que é familiar.

Conclusão

Se não é de esperar um regresso à ideia de universidade sob a regência unificadora da filosofia, não é menos certo que tem sido tarefa da filosofia impedir que a abundância de informação de que dispomos nos fascine a tal ponto, que obscureça irremediavelmente a lucidez para tomar-

mos consciência do que se ganha e do que se perde em cada opção que assumimos. O cerco montado pelo fluxo permanente de diferentes posições, muitas vezes inconciliáveis, não nos pode tornar irrecuperáveis perante a própria liberdade. A filosofia vale pelas clarificações que traz e pelos alertas que faz, os quais, apesar de discutíveis ou lacunares, permitirão certamente reconhecer as dependências que o nosso tempo cria, assegurando ao mesmo «o domínio de um princípio pessoal sobre os poderes impessoais, na constituição da sociedade como um todo harmónico» (Fraga, 1985: 15). O ensino da filosofia na universidade não se poderá confinar à missão, que tem cumprido com sucesso, de preparar profissionais para o ensino, mas precisa de ocupar o seu lugar no seio de toda a universidade, num esforço de situar os estudos universitários perante o permanente desafio que os ideais da sociedade livre e da vida digna representam para os que apostam na via do seu aprofundamento e na dinâmica da sua transmissão, conforme bem sublinhou John H. Newman.

A filosofia carece de ser atractiva para os estudos da universidade, não apenas para revigorar o poder interpelador da razão, que equaciona e dirige os problemas fundamentais dos diversos ramos disciplinares, como lembrou Jaspers, mas para compreender o tempo presente, sem ignorar as raízes que o sustentaram no passado e atender aos desafios do futuro. Se as ruínas que habitamos não parecem apresentar condições para serem reerguidas, elas não são, como dizia o poeta florentino de *Almas Cativas*, no seu poema «Ruínas», «cousas inertes e banais», onde «Geme asilada a alma do passado, / Mas raros são os que ouvem seus gemidos» (Mesquita, 1989: 31). O ensino da filosofia na universidade não poderá olhar com nostalgia o seu passado, mas também não poderá deixar de sentir o seu olhar. E a atitude dos que ensinam e investigam a filosofia na universidade terá de, como bem observou Hillis Miller «ver, tão claramente quanto possível, onde nós estamos (tarefa que não é fácil) e delinear caminhos que façam uso do que é deixado para trás» (Miller, 1995: 132).

O confronto com o diferente, com as suas seduções e ameaças, aparece neste momento como uma presença iniludível, conforme Habermas e Derrida têm chamado a atenção, e a questão que não poderemos por certo ignorar não será tanto como reerguer o estandarte da antiga hegemonia, mas como reagir aos efeitos da globalização económica e cultural, sem deixar de ser o lugar da «liberdade incondicional»: quais são as nossas alternativas?

Contacto: Prof. Doutor José Luís Brandão da Luz, Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores, Rua da Mãe de Deus, 9501-801 PONTA DELGADA.
Correio electrónico: jbluz@notes.uac.pt

Referências bibliográficas

- Derrida, J. (2002). *La Universidad sin condición*, trad. de Cristina de Perti y Paco Vidarte. Madrid: Ed. Trotta.
- Fraga, G. (1985). Filosofia e Vida. *Arquipélago*, Série de História e Filosofia, 7, 7-29.
- Habermas, J. (1981). A ideia de universidade, trad. port. da conferência pronunciada no Goethe Institut. Lisboa, em cópia.
- Hindess, B. (1995). Great expectations: freedom and authority. *The Oxford Literary Review*, «The University in Ruins», 17, 29-49.
- Jaspers, K. (1959). La idea de universidad, trad. cast., in *La idea de la universidad en Alemania* (pp. 391-524). Buenos Aires: Editorial Sudamericana.
- Kant, I. (1993). *O Conflito das Faculdades*, trad. port. Lisboa: Edições 70.
- Luz, J. B. (1995). A Filosofia na universidade e a sua situação na Universidade dos Açores. *Revista Portuguesa de Filosofia*, 51, 335-353.
- Mesquita, R. (1989). *Almas Cativas e Poemas Dispersos*. Lisboa: Edições Ática.
- Miller, J. H. (1995). The university of dissensus *The Oxford Literary Review*, «The University in Ruins», 17, 121-143.
- Newman, J. H. (1996). *The Idea of a University*. New Haven: Yale University Press.
- Readings, B. (1997). *The University in Ruins*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- (1995a). The university without culture? *New Literary History*, 26, 465-492.
- (1995b). Dwelling in ruins. *The Oxford Literary Review*, «The university in Ruins», 17, 15-28.